

Sarney quer

agora votar

MPs e vetos

19 OUT 1990

BRASÍLIA — O presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), quer votar todas as Medidas Provisórias e vetos presidenciais pendentes até o fim de seu mandato, em fevereiro de 1991. Tentando viabilizar as sessões necessárias para examinar as 61 MPs e os 79 vetos presidenciais que aguardam votação, Sarney reuniu-se ontem com o presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Como as sessões do Congresso são feitas no plenário da Câmara, Sarney pediu para usá-lo durante um ou dois dias por semana, a partir da segunda quinzena de novembro. No período, a Câmara terá a reforma administrativa para votar e, depois, em janeiro, a emenda da reeleição. A intenção de Sarney é votar mesmo quando não houver acordo entre os partidos. Isso contraria a orientação da liderança do governo no Congresso, que somente vota MPs e vetos depois de acordo prévio para aprová-las ou mantê-los.

Sarney, que nos últimos 15 meses, não se empenhou para votar as MPs e os vetos, também resolveu agir para manter o poder do presidente do Congresso. Ocorre que está sendo discutido no Senado o relatório de José Fogaça (PMDB-RS) que muda as regras de debate e votação das Medidas Provisórias. Sua proposta retira do presidente do Congresso o poder sobre as MPs e o transfere para uma Comissão Mista de Exame das MPs, composta por 17 senadores e 17 deputados.

Na conversa, Sarney e Luís Eduardo também fizeram uma avaliação do cronograma de votação da emenda da reeleição e falaram sobre a sucessão nas presidências da Câmara e do Senado. A posição de Sarney na disputa, que vem sendo travada entre PMDB e PFL — e nos dois partidos, internamente —, é considerada decisiva. A avaliação corrente é de que quem tiver o apoio de Sarney dificilmente deixaria de eleger-se para o cargo.